

RELAÇÃO ENTRE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR, FATORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DE INDIVÍDUOS ATENDIDOS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UM MUNICÍPIO CATARINENSE.

Emanuelle Pereira de Souza¹; Dr^a Andriele Vieira² (orientadora)

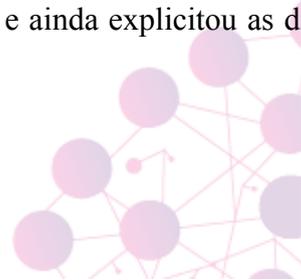
RESUMO:

A pesquisa realizada teve como objetivo avaliar a relação da (in)segurança alimentar juntamente com os fatores sociais econômicos de indivíduos cadastrados em dois Centros de Referência de Assistência Social, no município de Tubarão, Santa Catarina. O estudo dirigido foi realizado com 138 indivíduos. Metodicamente desenvolveu-se através de pesquisa de campo, descritiva, quantitativa e revisão bibliográfica. Entrevistados com questionário sociodemográfico, Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, sendo um quadro de 14 questões avaliando o consumo e condições alimentares dos três últimos meses do entrevistado. Onde foi considerado que a parte da população que participou da pesquisa, quanto mais baixa a classe social, existe uma insegurança alimentar maior.

INTRODUÇÃO:

A questão da segurança alimentar é comentada desde a Primeira Guerra Mundial, onde foi visto a importância de manter os soldados e a população que estava salva a ter alimentos disponíveis de quantidades e qualidades necessárias para cada indivíduo. Porém, compreender sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é necessário entender que é um conceito que está sempre em construção, pois vai além da questão nutricional, mas envolve a questão cultural, política e socioeconômica (BURITY, 2013).

Desde a criação de projetos como a Estratégia Fome Zero que foi implementada no Brasil em 2003, o país teve avanços no combate à fome e à miséria. No entanto é necessário perceber que com a pandemia que ocorreu em 2020 causada pela crise sanitária do COVID-19, a população brasileira precisou enfrentar grandes desafios para ter condições de alimentos dentro de casa e ainda explicitou as diferenças das



realidades sociais encontradas no mundo todo. Dessa forma, aumentou a necessidade da discussão sobre a desnutrição e da segurança alimentar da população brasileira, assim ainda, implicando na meta do projeto Fome Zero até o ano de 2030, ano que ocorrerá o encontro da Cúpula Mundial da Alimentação da FAO (RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al, 2020).

Portanto, é necessário realizar pesquisas sobre como estão as questões de segurança alimentar e nutricional da população brasileira para haver a consciência sobre a realidade de diversas famílias que estão passando por fome, miséria e necessidades que o estado não consegue auxiliar. O resultado é como esperado, que mesmo em cidades pequenas a quantidade de famílias que estão em risco, passam necessidades e fome está maior do que a população imagina ou aparenta ser.

PALAVRAS-CHAVE:

Segurança alimentar, insegurança alimentar, fome.

MÉTODO:

O projeto foi realizado por meio de uma pesquisa de campo, quantitativa, descritiva e bibliográfica, da qual foram coletados dados de 138 indivíduos atendidos em dois Centros de Referência de Assistência Social, em dois bairros distintos na cidade de Tubarão, Santa Catarina. Onde foi coletado dados, inicialmente com: um questionário sociodemográfico com dados pessoais, nome, idade, endereço, grau de escolaridade, renda salarial, tipo de residência, quantidade de moradores e se havia moradores com comorbidade no local; juntamente, um questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), um estudo que de forma direta, buscou saber sobre insegurança alimentar do entrevistado em um conjunto de 14 perguntas relacionadas à dificuldade do acesso à alimentos para os indivíduos residentes menores ou igual a 18 anos de idade, respectivo aos últimos três meses antecedentes da entrevista. Podendo assim, ser possível avaliar o grau de segurança ou insegurança alimentar de cada indivíduo.

A investigação da existência de associação entre as variáveis qualitativas foi realizada por meio da aplicação dos testes Qui-quadrado de Pearson, Razão de Verossimilhança e Exato de Fisher, seguidos de análise de resíduo quando observada



significância estatística. Todos os testes foram analisados no programa SPSS versão 21. Em todas as análises foi adotado como nível para significância estatística um valor de $p < 0,05$. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Sul de Santa Catarina. Todos os indivíduos que participaram do estudo o fizeram de maneira voluntária, com autorização dos mesmos e da UNISUL antes de serem incluídos na pesquisa. Além disso, foi garantido o sigilo dos dados dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

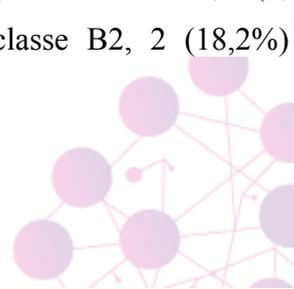
A realização da pesquisa permite uma compreensão sobre como os fatores socioeconômicos estão interligados na insegurança alimentar da população entrevistada.

Tabela 1 – Tabulações cruzadas - Classificação Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e classe socioeconômica de acordo com os níveis de insegurança alimentar, de um município catarinense.

Classificação EBIA					
Variáveis	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar Leve	Insegurança Alimentar Moderada	Insegurança Alimentar Grave	Valor de <i>p</i>
	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	
A	-	1 (2,3%)	-	-	0,03*
B1	1 (9,1%)	-	-	-	
B2	2 (18,2%)	2 (4,7 %)	2 (7,7%)	2 (3,4 %)	
C1	5 (45,5 %)	19 (44,2%)	7 (26,9%)	7 (12,1 %)	
C2	2 (18,2%)	16 (37,2%)	9 (34,6 %)	23 (39,7%)	
DE	1 (9,1 %)	5 (11,6 %)	8 (30,8%)	26 (44,9%)	

Fonte: Autoras, 2022.

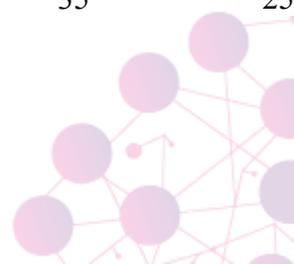
Em relação à Tabela 1, é possível analisar que, dentro dos 138 entrevistados: 1 (2,3%) estava na classe A e sofria de insegurança alimentar leve; 1 (9,1%) estava na classe B1 com segurança alimentar; já na classe B2, 2 (18,2%) estavam em



segurança alimentar, 2 (4,7%) vivia com insegurança alimentar leve, 2 (7,7%) com insegurança alimentar moderada e 2 (3,4%) com insegurança alimentar grave. Assim que a classe baixa, os números de insegurança alimentar aumentam. Na classe C1, 5 (45,5%) estavam em segurança alimentar, 19 (44,2%) com insegurança alimentar leve, 7 (26,9%) com insegurança alimentar; na classe C2, 2 (18,2%) estavam com segurança alimentar, 16 (37,2%) com insegurança alimentar leve, 9 (34,6%) com insegurança alimentar moderada e 23 (39,7%) com insegurança alimentar grave. Já na classe DE, somente 1 (9,1%) estava com segurança alimentar, 5 (11,6%) com insegurança alimentar leve, 8 (30,8%) com insegurança alimentar moderada e 26 (44,9%) com insegurança alimentar grave.

Tabela 2 – Perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa.

Variáveis	Número (N)	Frequência (%)
<i>Sexo</i>		
Masculino	29	21
Feminino	109	79
<i>Estado Civil</i>		
Solteiro	66	47,8
Casado	41	29,7
Divorciado	25	18,1
Viúvo	6	4,3
<i>Escolaridade</i>		
Analfabeto	4	2,9
Sabe ler e escrever	1	0,7
Ensino fundamental incompleto	52	37,7
Ensino fundamental completo	16	11,6
Ensino médio incompleto	19	13,8
Ensino médio completo	35	25,4



Ensino superior incompleto	4	2,9
Ensino superior completo	7	5,1
Ocupação		
Estudante	2	1,4
Desempregado	72	25,2
Autônomo	28	20,3
Empregado de empresa pública	3	2,2
Empregado de empresa privada	16	11,6
Aposentado	17	12,3
Renda		
Sem renda	39	28,3
Menos de um salário mínimo (606,00)	22	15,9
Até um salário (R\$1.212,00)	45	32,6
De 1 a 2 salários (R\$1.212,00 a R\$2.424,00)	26	18,8
Auxílio Governamental		
Sim	44	31,9
Não	94	68,1
Qual		
Auxílio Brasil	37	82,2
Tipo de casa		
Casa alugada	59	42,8
Casa própria	48	34,8
Apartamento alugado	5	3,6
Habitação social	1	0,7
Cassa cedida	2	1,4
Não referiu	23	16,7



Pessoa com comorbidade

Sim	65	47,1
Não	73	52,9

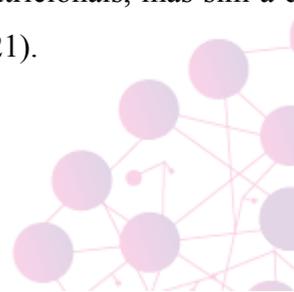
Fonte: Autoras, 2022.

Já na Tabela 2, pode-se analisar os dados socioeconômicos dos participantes que dos 138 indivíduos entrevistados, 109 (79%) eram mulheres e 29 (21%) eram homens, a maioria deles 66 (47,8%) deles eram solteiros e tinham o ensino fundamental incompleto 52 (37,7%). Dentre os entrevistados, 72 (52,2%) deles estavam desempregados, somente 2 (1,4%) eram estudantes e 45 (32,6%) tinham renda de até 1 salário mínimo durante o mês. Ao questionamento de receber algum Auxílio Governamental, 44 (31,9%) responderam que sim, dentro deles 94 (82,2%) recebem o Auxílio Brasil.

CONCLUSÕES:

Ao analisar os dados coletados durante o período da pesquisa, é possível visualizar que a população que é mais carente, relacionando o nível de escolaridade, a falta de uma renda mensal fixa e não ter condições de manter alimentos em quantidades e qualidade significativa, está propício a enfrentar mais dificuldades, sendo considerado em um grupo que sofre com a insegurança alimentar grave, classificado também na classe social DE.

Por mais que até o ano de 2010, o país havia aumentado a oferta de alimentos da agricultura familiar, valorizava os preços dos alimentos e assim sendo mais acessível para a população mais carente (BRSIL,2010), nos últimos três anos, com a pandemia do COVID-19, houve um retrocesso na mobilização no combate à fome, considerado entre os anos de 2003 e 2014. Pois os valores de todos os produtos, principalmente de frutas e verduras, receberam um aumento considerável no valor, tendo queda no poder de compra para muitas famílias brasileiras. Dessa forma, muitas famílias deixaram de comprar esses alimentos para conseguir outros que normalmente vêm em cestas básicas, sem considerar os valores nutricionais, mas sim a durabilidade e sustância para a sua família (FIAN BRASIL, 2021).



Portanto, deve-se buscar uma atenção para essa parcela da população que está em insegurança alimentar, haver implementações de políticas públicas para o combate à fome para as famílias carentes que passam por insegurança alimentar, para que aos poucos menos pessoas passem por necessidades nutricionais alimentares.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Balanços e desafios. O Ministério, 2010. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/24.pdf>.

BURITY, Valéria et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: Abrandh, 2010. Disponível em: https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf.

FIAN BRASIL. Dhana e a Covid-19: O direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no contexto da pandemia. 2021. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/informe-o-dhana-e-a-covid-19-o-direito-humano-a-alimentacao-e-a-nutricao-adequadas-no-contexto-da-pandemia>.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 3421-3430, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/?format=html#>.

FOMENTO

O trabalho teve a concessão de Bolsa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

